

GALASTRI, Leandro. **Gramsci, Marxismo e Revisionismo**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

Desde os anos 1970 se fala da crise do marxismo, sendo explícito o enfraquecimento de instituições criadas pelo movimento operário como a cooperativa, o sindicato, o partido político e a ideologia que era seu suporte. Desta forma, vários intelectuais acreditavam que a obra de Marx estava superada, devendo passar por um processo de revisão, sendo o revisionismo marxista, com destaque ao revisionismo latino, o objeto de estudo do autor. A análise crítica efetuada pelo autor é interessantíssima, entrelaçada com as contribuições dos revisionistas, em especial Sorel, no desenvolvimento da teoria gramsciana, principalmente no pré-cárcere.

No primeiro capítulo, o autor apresenta estudo do revisionismo na Alemanha, representada por Karl Kautsky e Eduard Bernstein. Este lutou pela autonomia do marxismo como ideologia específica da classe operária, considerando que a revolução seria possível apenas pelas mãos do proletariado. O Kautsky da década de 1920 defende a perenidade da capacidade que o capitalismo possuiria de superar indefinidamente suas crises econômicas, negando que estas alcançassem condições cada vez mais graves e agudas (p. 11). Para ele, a função dos socialistas seria demonstrar ao movimento operário que somente o socialismo poderia construir uma nova ordem baseada na defesa dos operários contra a exploração, defesa que já se organizava em âmbito corporativo interior do próprio capitalismo. Considera que a democracia política possibilitaria a construção do socialismo democrático.

Galastri informa que Eduard Bernstein foi o fundador das interpretações revisionistas da obra de Marx e Engels, sendo o arauto da revisão, a partir do surgimento de seu livro “As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia de 1899”, procurou apoiar-se no prefácio de Engels para “As lutas de classes na França”, escrito em 1895. Bernstein acredita que a teoria do valor, tal como desenvolvida por Marx, “se mostraria como uma hipótese fundada numa série de abstrações e reduções em relação ao que de fato se passaria nas relações econômicas reais.” (p. 20). O autor também critica o método dialético pois este manteria a teoria marxista presa a um molde preestabelecido. O revisionismo bernsteiniano foi duramente criticado pela ala esquerda da social-democracia alemã, sobretudo por Rosa Luxemburgo, também não passou despercebido às vistas de Lênin.

No segundo capítulo, Galastri trata do revisionismo “latino”, sendo “aquele que se deu fora do epicentro alemão, influenciando-o inclusive, e passaremos a discutir o contexto histórico em que se construiu as ideias de seus autores principais” (p. 45). Nos chamados países latinos, Itália, França e Bélgica, se desenvolviam correntes teóricas de grande relevância para o movimento revisionista. O autor discute as ideias dos principais elaboradores do pensamento revisionista fora da social-democracia alemã, serão vistos: Saverio Merlino, Benedetto Croce, Henri De Man e Georges Sorel.

Saverio Merlino defende a consolidação de aspectos morais de justiça social e da concretização de tais ideais em bases jurídicas, como alternativa oposta ao reconhecimento de interesses materiais e inexoravelmente antagônicos entre o proletariado e a burguesia em suas variadas frações, e a consequente luta de classes que daí adviria (p. 66). Merlino enfatiza a necessidade de uma reforma moral.

Benedetto Croce considera que a literatura socialista estaria fortemente impregnada por uma corrente relativista que consideraria a moral como vã imaginação (p. 73). Este despe o núcleo da teoria marxista de qualquer fundamento científico. Croce se identifica com a ética kantiana, o “imperativo categórico”; para ele a luta do operário é uma luta essencialmente moral.

Henri De Man também baseou sua revisão; no socialismo ético. Utiliza-se de justificativas psicológicas para a necessidade e evolução dos movimentos socialistas rumo à aliança de operários e capitalistas de um determinado país com vistas à sua reconstrução e desenvolvimento (p. 91). De Man apresenta o marxismo como uma doutrina mecanicista, que tentaria insuflar na classe operária o cumprimento de uma missão que já estaria determinada pelo movimento das inexoráveis leis da história.

O que se destaca na teoria de Georges Sorel é o “mito” da greve geral como horizonte revolucionário e a aposta no movimento espontâneo das massas trabalhadoras, a revolução seria realizada por meio da greve geral. O mito é um conjunto de imagens percebidas instantaneamente, instituições que evocam instintivamente o sentimento de luta. Galastri aponta que a peculiaridade do revisionismo soreliano está em sustentar que, em Marx, a luta de classes seria uma luta jurídica, defendendo que Marx deveria ter aprofundado o estudo da jurisprudência inglesa; para Sorel o socialismo só poderia se produzir sob a influência de certas ideias jurídicas que se desenvolveriam no seio do proletariado.

Sorel acredita que o sindicalismo revolucionário seria a instituição verdadeiramente marxista, de poderosamente original, de superior a todas as

concepções de socialismo, seria o instrumento de luta. O desenvolvimento do proletariado exigiria uma forte disciplina moral, a cargo do sindicato que deveria fazer desaparecer os costumes e comportamentos legados pela burguesia.

Galastri, acertadamente, comenta o elitismo de Sorel, pois este condena qualquer tipo de liderança que se arrogue o comando da classe trabalhadora fora do âmbito das organizações da classe, como o sindicado. Critica a análise de Sorel que acredita que o proletário só agiria se estivesse iludido ou apaixonado.

Segundo Sorel, a dialética apresentaria a história de forma descontínua e paradoxal, impedindo a apreensão do real mecanismo evolutivo. Para ele, o maior erro cometido pela análise dialética seria o de localizar a transformação em uma região misteriosa e de resultar em uma crença mágica na faculdade criadora da força (p. 155). Para Sorel estaria próximo o momento em que não mais se poderia definir o socialismo, senão pela greve geral, que surgiria da prática, sendo incidentes econômicos sem alcance social se os revolucionários não intervissem para transformá-la em episódio de luta social, sendo o sindicato encarregado de organizar esta luta, sendo uma força de ruptura revolucionária. Ele identificaria o sindicalismo revolucionário como herdeiro do marxismo autêntico (p. 180).

A principal crítica que Galastri faz a Sorel é que este não teria visto, em uma época de atomização social, que os mitos conduziram a uma manipulação política sempre maior das massas, que resultaria no fortalecimento do Estado moderno. A espontaneidade e o irracionalismo das massas não teriam colaborado para a construção de uma moral operária, de uma consciência jurídica nova e de instituições federalistas de produtores.

Galastri realiza um amplo estudo sobre as contribuições revisionistas de Sorel, apresentamos apenas uma pequena parte, considerada essencial para o entendimento desta discussão.

No quarto e último capítulo, o autor apresenta uma reflexão de como o marxismo italiano, representado por Antonio Labriola e Gramsci, lida como movimento revisionista, em especial o “latino”, com destaque não apenas para as críticas que estes pensadores apresentaram, mas também o que assimilaram.

Labriola criticava a consideração positivista da história que se limitaria a esclarecer os fatores que seriam eficazes em um dado processo histórico, mas que não investigava nem a dependência nem as conexões internas desses fatores, também era contrário aos socialistas que tendiam a resgatar o kantismo em suas

interpretações do movimento socialista (p. 184). Este defendeu a autonomia da independência e autossuficiência do materialismo histórico enquanto filosofia e concepção de mundo, a ideia da permanência do princípio da luta de classes e das teorias do valor-trabalho e da mais-valia como pilares da explicação materialista da formação social capitalista e a indissociabilidade orgânica entre prática e teoria na ciência e na política, consolidando a filosofia da práxis.

Labriola considera a “psicologia social”, ou “consciência especificada dos homens em dadas condições sociais”, como o fruto, a derivação, o efeito de condições sociais determinadas: uma determinada classe social, com uma função social específica, dominante, ou conservada sob domínio. Para ele não haveria fato histórico que não se relacionasse com as condições da estrutura econômica, em sua origem. Estes fatos são precedidos por formas determinadas de consciência, ou seja, determinados meios de mediação formadores de uma psicologia social.

Segundo Labriola, o materialismo histórico seria a superação definitiva de toda “ideologia”, já que a história corresponderia em seu desenvolvimento a uma norma, a um ideal ou fim. Ele define “progresso” isentando o termo de todo o resquício determinista, sem dele se desfazer, sendo este uma coisa empírica e circunstanciada, que nos possibilita avaliar o passado e prever, ou entrever o futuro, o progresso também seria o “compêndio moral e intelectual de toda a miséria humana, bem como de toda a desigualdade material” (p. 192).

Para ele o Estado existiria e estaria orientado para a defesa de determinados interesses de uma parte da sociedade contra todo o resto da própria sociedade. Quanto à história do direito, esta seria a história das mudanças nas formas de servidão, o direito seria a expressão autoritária daqueles que teriam triunfado ao longo dos tempos. No que se refere à moral, esta não se apresentaria nem geraria a si mesma. A consciência moral que realmente existiria seria um fato empírico, um índice ou resumo da formação ética relativa de cada indivíduo (p. 193).

Após análise minuciosa dos ensinamentos de Labriola, Galastri apresenta as críticas e elogios que Antonio Gramsci faz aos revisionistas, em especial a Sorel que o influencia fora e dentro do cárcere, assimilando e modificando conceitos-chave como o de cisão de classes, bloco histórico e mito. Uma das abordagens é a d'O Príncipe de Maquiavel em que Gramsci considera como exemplo do mito soreliano, no sentido de um objetivo motivador e mobilizador da história dos homens (p. 216). Para Gramsci, a ação espontânea defendida pelo sindicato revolucionário,

baseada no mito da greve geral, não seria capaz de sustentar a vontade coletiva necessária à mudança estrutural. Em Gramsci, o mito se torna expressão de um bloco ideológico composto pelas vontades políticas das massas, a tradução política da vontade coletiva na forma do partido (p. 218).

Gramsci faz a tradução do revisionismo soreliano no sentido de assimilar à filosofia da práxis os conceitos e autores com os quais o marxista torna o diálogo possível, por serem os representantes mais avançados da crítica ao marxismo da época. Para ele, tratava-se de identificar nos escritos sorelianos os nexos que, vindos do interior de um pensamento que se intitulava revisionista, pudessem ser utilizados e desenvolvidos contra aquelas próprias pretensões de revisão.

Galastri, após minuciosa e esclarecedora pesquisa, demonstrou como Gramsci foi capaz de superar intelectualmente o debate revisionista sobre o positivismo social-reformista e deslocando-se para a filosofia da práxis procedendo à releitura crítica dos autores que haviam sido basilares para sua formação. O autor apresentou, de maneira clara e profícua, uma contribuição preciosa e refinada para os estudiosos do pensamento revolucionário, sendo fundamental para a compreensão dos embates políticos que se posicionaram no interior da social-democracia europeia.

Marcela Andresa Semeghini Pereira

Mestre em Direito pela Universidade de Marília (UNIMAR), Marília (SP), Brasil;

E-mail: ma.andresa@gmail.com